

EXERCÍCIO DO DIREITO À OPOSIÇÃO À TOMADA DE DECISÕES AUTOMATIZADAS

DADOS DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

Nome/ Denominação social: Direção da Agência/Filial/
Serviço, relativamente ao qual se exerce o direito de oposição à tomada de decisões
automatizadas, sobre dados pessoais.

Localizada em
.....
..... n.º código postal, na
localidade de, concelho de

**DADOS DO TITULAR DE DADOS OU DO SEU REPRESENTANTE
LEGAL**

Sr./ Sra., maior de idade,
residente em, n.º....., na localidade de
....., no concelho de, portador do bilhete de
identidade ou cartão de cidadão n.º, contactável pelo endereço de correio
eletrónico....., vem, por meio do preenchimento do presente formulário exercer
o direito à oposição à tomada de decisões automatizadas, com base nos seus dados pessoais,
conforme previsto pelo artigo 21.º do Regulamento EU 2016/679, Regulamento Geral de
Proteção de Dados (RGPD).

REQUER:

Não ser sujeito à tomada de decisões exclusivamente com base no tratamento automatizado,
incluindo a definição de perfis, que produzam efeitos na sua esfera jurídica ou que o afete
significativamente de forma similar, em particular sobre os seguintes aspetos:

.....
.....
.....

Que se adotem as medidas necessárias para salvaguardar os meus direitos e liberdades,
assim como interesses legítimos e o direito à intervenção humana para que possa expor o meu
ponto de vista e impugnar a decisão tomada, na medida em que o tratamento dos meus dados
pessoais esteja fundado na execução de contrato ou no meu consentimento explícito.

Que o meu pedido, nos termos anteriormente expostos, seja respondido, por escrito, no
prazo de um mês.

Em....., a de..... de.....

Assinatura:

INSTRUÇÕES

1. Esta minuta será utilizada pelo titular de dados pessoa interessado em opor-se a ser sujeito à tomada de decisões exclusivamente com base no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, que produza efeitos na sua esfera jurídica ou que o afete significativamente de forma similar.

Esta minuta também deverá ser usada para exercer o direito a requerer intervenção humana e para lhe permitir apresentar o seu ponto de vista e contestar a decisão, assim como para exigir as medidas necessária para a salvaguarda dos meus direitos e liberdades.

2. Em determinadas situações, o responsável pelo tratamento poderá solicitar que acompanhe o seu pedido com uma cópia do seu cartão de cidadão ou documento equivalente que confirme a sua identidade e seja reconhecido pela lei nacional. No caso de atuar através de representante legal, este deverá identificar-se validamente e fazer prova dos instrumentos de representação.

3. A Comissão Nacional de Proteção de Dados não tem os seus dados pessoais e só pode fornecer os dados de contacto dos Encarregados de Proteção de Dados que lhe foram notificados.

4. O titular dos dados pessoais deverá primeiramente dirigir-se a uma concreta entidade (pública ou privada, empresa ou profissional) que, pelo seu conhecimento à data, possui e trata os seus dados pessoais.